

Mercado, Ética e Responsabilidade Social na Formação dos Profissionais de Administração e de Ciências Contábeis: uma análise teórico-comparativa sob a ótica das Diretrizes Curriculares Nacionais

Autoria: Washington José de Souza, Virgínia Carvalho, André Moura Xavier

Resumo

Este artigo adota como eixos referenciais as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Administração e em Ciências Contábeis discutindo a forma como valores de mercado, éticos e de responsabilidade social se encontram contemplados na formação dos profissionais dessas duas áreas. Para tanto, são tomados os conceitos de racionalidade instrumental e substantiva. Comparando o perfil desejado dos egressos é possível destacar que as Diretrizes para ambos os cursos se mostram claras no tocante à preparação do profissional para atuar no mercado, pautada no desenvolvimento da racionalidade instrumental do graduando. A idéia de ética e de cidadania, entretanto, aparece restrita ao meio profissional denotando uma fragmentação das Competências e Habilidades requeridas dos profissionais em discussão. Os conteúdos propostos pelos dois cursos trabalham a racionalidade instrumental na perspectiva da maior ou menor convergência para atingir fins organizacionais preestabelecidos, independentemente dos valores implícitos às ações. As Diretrizes dos dois cursos estão orientadas para a capacitação técnica na tomada de decisão e na implementação de ações. A ética, quando contemplada, traz uma conotação restrita ao exercício profissional ou ao “mundo dos negócios”, como se fosse possível a separação entre o mundo do trabalho e o mundo da vida.

1. Introdução

A dinâmica da globalização e do modelo econômico vigente tem trazido transformações em diversos setores da sociedade, o que inclui os sistemas educacionais e os processos de formação profissional. Tomando como eixos referenciais as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Administração e Ciências Contábeis, o presente artigo discute a forma como valores de mercado, éticos e de responsabilidade social se encontram contemplados na formação dos profissionais dessas duas áreas.

Nas últimas décadas, as medidas lideradas pelos países hegemônicos em torno do liberalismo econômico têm reduzido a participação do Estado e privilegiado o mercado como esfera de regulação das relações sociais. Sob a ótica neoliberal, a formação do homem assume um caráter estratégico, é tomada como produto e contempla, dentre outros, os seguintes propósitos (TAVARES, 2002):

- 1) vincular a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa;
- 2) tornar a escola um meio de transmissão de princípios doutrinários;
- 3) fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática.

Tais eixos referenciais orientam a formação de administradores e contabilistas.

Por entender que as atividades desses profissionais interagem, este artigo aborda a forma como valores de mercado, ética e responsabilidade social estão contemplados nas Diretrizes

Curriculares Nacionais, considerando a evidência dada pela mídia nacional e internacional aos problemas éticos nas organizações.’

Ao promover a retração do Estado, as medidas neoliberais, na medida em que tratam a escola no âmbito do mercado e das técnicas de gerenciamento, esvaziam o conteúdo político da cidadania (SILVA apud TAVARES, 1994). A formação de um profissional pleno no desenvolvimento de suas potencialidades, assim, fica prejudicada por processos educativos centrados em partes que compõe o todo.

A visão sistêmica, por sua vez, de acordo com VASCONCELOS (2002), preconiza a complexidade, e decorre da contextualização dos fenômenos. Perceber um complexo significa, assim, perceber que as partes constitutivas de um fenômeno se comportam umas em relação às outras, de tal modo que não se pode imaginar um objeto a não ser em conexão com outros objetos.

Uma das conseqüências do pensamento complexo é que, ao invés do pensamento fragmentado, são focalizadas as possíveis e necessárias relações entre as disciplinas e a efetivação de contribuições entre elas, permitindo a interdisciplinaridade e contribuindo para superar a disjunção, por exemplo, entre ética e conhecimento científico.

2. Mercado, ética e responsabilidade social

À luz das categorias de racionalidade definidas por Max Weber, elaborou Ramos (1989) uma rigorosa análise crítico-reflexiva em torno das influências das relações e dos valores de mercado na Teoria das Organizações. Afirmou Weber que toda e qualquer ação humana ocorre a partir da ênfase nos fins, no cálculo, com o deliberado propósito de maximizar resultados, ou, de outra forma, sob julgamento ético, orientada por valores.

A ação humana fundada na idéia da eficiência e maximização de resultados, segundo Weber, configura a racionalidade instrumental ao passo que as ações orientadas pelo julgamento ético, com elevado grau de valores sócio-humanitários, dão forma à racionalidade substantiva. Ao agir sob a racionalidade instrumental, o homem utiliza, segundo Weber, a ética de responsabilidade enquanto que, ao agir sob a racionalidade substantiva, emprega a ética de convicção.

A ética da responsabilidade corresponde à ação racional referida a fins, sendo seu critério fundamental a racionalidade instrumental. A ética da convicção ou do valor absoluto é inerente a toda ação referida a valores, sendo seu critério a racionalidade substantiva. É importante registrar que uma ação ética não é fruto de sentimentos e emoções individuais, pois, a “ética é a busca de princípios assentados em juízos passíveis de serem universalmente aceitos por sujeitos racionais”, conforme afirma SERAFIM (2001, p. 20).

A responsabilidade social é um modelo de gestão organizacional no qual valores éticos e morais se fazem presentes e são os balizadores das ações dos membros das organizações com quem se relacionam, direta ou indiretamente; acionistas, fornecedores (diretos e indiretos), consumidores, sociedade, comunidade local, governo, empregados e dependentes, concorrentes e meio ambiente.

O pressuposto da universalidade da ética é fundamental à compreensão dos ideais da responsabilidade sob a ótica do Instituto Ethos de Responsabilidade Social, que desenvolveu indicadores de responsabilidade social pautados em sete temas centrais:

1) valores e transparência – a cultura organizacional é constituída por valores e princípios éticos, como elementos balizadores das ações e da missão. A transparência das ações da empresa e de sua missão legítima assim, sua existência.

2) público interno – o simples cumprimento das obrigações trabalhistas não são indicadores de que a organização pode ser classificada como empresa cidadã. A empresa deve ultrapassar essa linha, deve investir no desenvolvimento pessoal e profissional de seus empregados, bem como na melhoria das condições de trabalho e no estreitamento dessas relações.

3) meio ambiente – a empresa socialmente responsável deve procurar minimizar os impactos negativos e ampliar os positivos.

4) fornecedor – à empresa socialmente responsável cabe a transmissão dos valores de seu código de conduta a todos os participantes da cadeia. É de sua responsabilidade também a preocupação no aprimoramento dos processos, o cumprimento dos contratos estabelecidos, bem como o fortalecimento dos elos mais fracos da cadeia.

5) consumidores – a responsabilidade social em relação aos clientes e consumidores exige da empresa o investimento permanente no desenvolvimento de produtos e serviços confiáveis, que minimizem os riscos de danos à saúde dos usuários e das pessoas em geral. A publicidade de produtos e serviços deve garantir seu uso adequado. Informações detalhadas devem estar incluídas nas embalagens e deve ser assegurado suporte para o cliente antes, durante e após o consumo. A empresa deve alinhar-se aos interesses do cliente e buscar satisfazer suas necessidades.

6) comunidade – a comunidade em que a empresa está inserida fornece-lhe infra-estrutura e o capital social representado por empregados e parceiros, contribuindo decisivamente para a viabilização de seus negócios. O investimento pela empresa em ações que tragam benefícios para a comunidade é uma contrapartida justa, além de reverter em ganhos para o ambiente interno e na percepção que os clientes têm da própria empresa. O respeito aos costumes e culturas locais e o empenho na educação e na disseminação de valores sociais devem fazer parte de uma política de envolvimento comunitário da empresa, resultado da compreensão de seu papel de agente de melhorias sociais.

7) governo e sociedade – a empresa deve relacionar-se de forma ética e responsável com os poderes públicos, cumprindo as leis e mantendo interações dinâmicas com seus representantes, visando a constante melhoria das condições sociais e políticas do país. O comportamento ético pressupõe que a relação entre a empresa e governo seja transparente para a sociedade, acionistas, empregados, clientes, fornecedores e distribuidores. Compete à empresa manter uma atuação política coerente com seus princípios éticos e que evidencie seu alinhamento com os interesses da sociedade.

Segundo Tinoco (2001, p.23), o conceito de responsabilidade social corporativa

está associado ao reconhecimento de que as decisões e os resultados das atividades das companhias alcançam um universo de agentes sociais muito mais amplo do que o composto por seus sócios e acionistas (*shareholders*). Desta forma, a responsabilidade social corporativa, ou cidadania empresarial, como também é chamada, enfatiza o impacto das atividades das empresas para os agentes com os quais interagem (*stakeholders*): empregados, fornecedores, clientes, consumidores, colaboradores, investidores, competidores, governos e comunidades.

Em síntese, a responsabilidade social empresarial refere-se às ações empreendidas pelas organizações formais visando à manutenção do equilíbrio social e a preservação dos valores da sociedade, do meio ambiente e do homem. Expressa, pois, tanto compromissos de natureza compulsória – tais como o cumprimento às legislações trabalhista, tributária, ambiental e de uso do solo, dentre outras – quanto valores, condutas e procedimentos que estimulam o contínuo aperfeiçoamento dos processos empresariais e que, simultaneamente, interferem positivamente na qualidade de vida do homem e das sociedades, do ponto de vista ético e ecológico.

3. Apreciação crítico-reflexiva das Diretrizes Curriculares Nacionais

A análise comparativa dos perfis, conteúdos curriculares e das competências e habilidades requeridas dos profissionais de Administração e Ciências Contábeis é desenvolvida, neste item, à luz das concepções de racionalidade instrumental e substantiva (RAMOS, 1989). O intuito é detectar os valores substantivos e instrumentais expressos nas Diretrizes dos dois cursos e compará-los.

3.1. Perfil desejado

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Administração e Ciências Contábeis, conforme consta do Parecer CNE/CES 146/2002, do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior, contemplam o perfil desejado, os conteúdos curriculares e as competências e habilidades que se esperam dos profissionais dessas áreas.

Com relação ao administrador, expressa que a formação deve ensinar:

condições para que o bacharel em Administração esteja capacitado a compreender as questões científicas, teórico-sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento no seu conjunto, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como a desenvolver o alto gerenciamento e a assimilação de novas informações, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas presentes ou emergentes nos vários segmentos do campo de atuação do administrador. (Parecer CNE/CES 146/2002 disponível em <http://www.mec.gov.br/Sesu/diretriz.shtm>)

Para o curso de graduação em Ciências Contábeis, consta que deve ser buscado

um perfil profissional que revele a responsabilidade social de seus egressos e sua atuação técnica e instrumental, articulada com outros ramos do saber, evidenciando o domínio de habilidades e competências interdisciplinares e multidisciplinares. (Parecer CNE/CES 146/2002 disponível em <http://www.mec.gov.br/Sesu/diretriz.shtm>)

O perfil desejado aborda, assim, a capacidade de análise e domínio de conceitos e de terminologia própria na interpretação e controle de situações contábeis relacionados com os modelos organizacionais e institucionais, públicos ou privados, observada a postura reflexiva e crítica indispensável ao exercício das Ciências Contábeis e Atuariais, e de sua aplicação para o desenvolvimento social e institucional.

Comparando o perfil desejado dos egressos dos dois cursos, com base nas concepções de racionalidade e ética anteriormente expostas, é possível destacar que as diretrizes para ambos os cursos se mostram claras no que diz respeito à preparação do profissional para atuar no mercado. Essa preparação está pautada, principalmente, no desenvolvimento da racionalidade instrumental dos graduandos.

Contudo, os valores substantivos, igualmente importantes para uma atuação profissional cidadã, ainda que constantes em algumas partes dos textos, não estão evidentes, principalmente no caso do curso de Administração. Já para o perfil desejado do contabilista está explicitado, mesmo que brevemente, a necessidade de *uma postura reflexiva e crítica, indispensável ao exercício da profissão* e, além disso, a pertinência da sua aplicação para o *desenvolvimento social e institucional*.

3.2 Competências e habilidades

As competências e habilidades requeridas do Administrador envolvem, no conjunto, componentes de natureza técnica, científica e econômico-social centrados, porém, na idéia de formação do tomador de decisões *em situações diversas presentes ou emergentes nos vários segmentos do campo de atuação do administrador*.

Não obstante a este fato, quando tratam de raciocínio crítico, analítico, criatividade, vontade política e interlocução entre vida e trabalho as Competências e Habilidades ficam restritas a idéia de ética no exercício profissional, e não no papel social ou na atuação do indivíduo em outras esferas da vida – além do trabalho, o lazer, a vida em família, a comunidade, os grupos sociais e a religião, por exemplo.

Nas Competências e Habilidades requeridas nesses cursos, conforme sintetiza a Figura 1, é possível verificar um quadro semelhante àquele do perfil profissional em que valores instrumentais têm espaço privilegiado. Cabe ressaltar, todavia, que os dois cursos fazem menção à importância de valores substantivos na formação profissional.

O curso de Administração aponta a necessidade de uma *consciência da qualidade e das implicações éticas do exercício profissional* e, em outro tópico, a *capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidiana para o ambiente de trabalho*. Este último denota uma visão sistêmica, quando requer do administrador a contextualização em sua atuação profissional e a integração com outros aspectos da vida.

No primeiro trecho, apesar da alusão à importância da ética, há delimitação à ação racional referida a fins, uma vez que restringe as implicações das decisões ao *exercício profissional*. O mesmo ocorre com as diretrizes do curso de Ciências Contábeis que, no último item, contempla o exercício da ética dentro das *atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica*.

As diretrizes para o curso de Ciências Contábeis propõem, ainda que brevemente, que o trabalho desenvolvido pelo profissional da área viabilize a *organização de atitudes e construção*

de valores orientados para a cidadania. Para que o contador possa promover uma tarefa dessa natureza, entretanto, é imprescindível que, em primeiro lugar, ele tenha reconhecido para si mesmo tais atitudes e valores e que estes estejam presentes em todos os papéis que ele desempenha na vida, seja no trabalho ou fora dele. Assim, é precário tratar ética e cidadania de modo restrito ao ambiente profissional. Tal entendimento denota uma fragmentação das Competências e Habilidades requeridas dos profissionais em discussão.

Figura 1 – Síntese das Competências e Habilidades

Competências e habilidades	
Administração	Ciências Contábeis
<ul style="list-style-type: none"> – Reconhecer e definir problemas, equacionar possíveis soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer em diferentes graus de profundidade, o processo da tomada de decisão. – Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais; – Refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento; – Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais; – Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional; – Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável. 	<ul style="list-style-type: none"> – Utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais; – Demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil; – Elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais; – Aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis; – Desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão; – Exercer suas funções com o expressivo domínio das funções contábeis e atuariais que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento da sua responsabilidade quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas da sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania; – Desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial; – Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

3.3. Conteúdos curriculares

Com relação aos conteúdos curriculares previstos nas Diretrizes (Figura 2), a principal diferença entre os dois cursos está no fato de que o curso de Administração propõe um conteúdo mais diverso, contemplando estudos relacionados às Ciências Sociais e Humanas tais como filosofia, ética, política e comportamento, além dos conteúdos técnicos e específicos. Há disciplinas que se destinam a desenvolver a racionalidade substantiva e habilitar o profissional a elaborar e julgar valores associados à vida, à existência humana.

Já no curso de Contábeis não são destacadas aquelas disciplinas e estão propostos conteúdos de formação básica com foco em estudos relacionados às áreas de administração, economia, matemática, direito e estatística. Há, assim, uma nítida tendência à formação técnica pois não se encontram conteúdos relacionados às Ciências Humanas, como filosofia ou psicologia.

A maior parte dos conteúdos propostos pelos dois cursos estão fundados na racionalidade instrumental, na perspectiva da maior ou menor convergência para atingir fins organizacionais preestabelecidos, independentes dos conteúdos implícitos às ações. Uma exceção ocorre, entretanto, no Curso de Administração, quando se destaca a preocupação com o ambiente e as inter-relações da organização com a realidade social.

Cabe salientar, aqui, que os vários grupos de conteúdos de formação devem estar interligados, ou seja, não se deve pensar em uma determinada área sem estabelecer relações com as demais. Em outras palavras, para que cada campo do conhecimento seja desenvolvido adequadamente, de modo a formar um profissional integral e com consciência cidadã, faz-se necessário trabalhá-los conjuntamente ao longo do processo educativo como conteúdos transversais, ou algo similar.

É importante para um profissional a capacidade para desenvolver ações, de forma instrumental, requeridas no seu campo de atuação. Entretanto, somente essa habilidade não o tornará um profissional íntegro, pois, para que a ética possa existir é fundamental o uso da razão pautada tanto em critérios instrumentais quanto em substantivos, numa concepção de razão lúcida (RAMOS, 1989).

Figura 2 – Síntese dos Conteúdos Curriculares

Conteúdos curriculares	
Administração	Ciências Contábeis
<ul style="list-style-type: none"> – Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com as Ciências Sociais, a Filosofia, a Psicologia, a Ética, a Política, o Comportamento, a Linguagem, a Comunicação e Informação; – Conteúdos de Formação Profissional, compreendendo Estudos da Teoria da Administração e das Organizações e suas respectivas funções, dos Fenômenos Empresariais, Gerenciais, Organizacionais, Estratégicos e Ambientais, estabelecidas suas inter-relações com a realidade social, objetivando uma visão crítica da validade de suas dimensões, bem como os aspectos legais e contábeis; – Conteúdos de Formação Complementar, compreendendo Estudos Econômicos, Financeiros e de Mercado, e suas inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e na utilização de novas tecnologias; <p>Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias, abrangendo Pesquisa Operacional, Teoria dos Jogos, Modelos Matemáticos e Estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à Administração.</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com as áreas de Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística. – Conteúdos de Formação Profissional: estudos atinentes às teorias de Contabilidade, além de suas relações com a Atuária, e da Auditoria, da Controladoria e suas aplicações peculiares ao setor público e privado. – Conteúdos de Formação Teórico-Prática: estágio curricular supervisionado, atividades complementares, conteúdos optativos e prática em laboratório de informática utilizando softwares atualizados para contabilidade.

Fonte: Diretrizes Curriculares Nacionais, parecer CNE/CES 146/2002

4. Reflexões finais

No intuito de estabelecer uma comparação entre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Administração e de Ciências Contábeis, focando os conteúdos curriculares, o perfil e as habilidades requeridas, com base na concepção de racionalidade e de ética, este estudo teórico

destacou algumas passagens obscuras e/ou contraditórias, além de apontar as principais diferenças entre as duas propostas.

De um modo geral, as Diretrizes dos cursos privilegiam valores de cunho instrumental ao definir os conteúdos curriculares e delinear o perfil e as competências e habilidades requeridas. Não obstante, há a preocupação em destacar a ética em um ou em outro tópico.

Com relação aos valores substantivos, é possível verificar que no perfil do Contabilista estes se encontram expressos de forma mais clara do que para o Administrador. No entanto, essa situação se inverte quando se examinam as competências e conteúdos curriculares, uma vez que, no curso de Ciências Contábeis, além de não se identificar esses valores claramente, aparecem inconsistências entre os vários tópicos. O inverso acontece no Curso de Administração, que não nomina a ética, porém, a contempla nos dois tópicos seguintes.

Dentre os conteúdos propostos para o Curso de Ciências Contábeis não constam disciplinas do campo da filosofia, ética, comportamento e política. Não obstante, espera-se que esse profissional exerça *com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica*. Além disso, vale ressaltar que a ética não deve se restringir ao campo profissional, pois, contém valores universalmente compartilhados que têm no altruísmo a sua essência. Nos conteúdos, o Curso de Administração traz mais recursos para uma formação ética – a própria disciplina é assim contemplada.

É oportuno destacar ainda, a importância da interpretação que a instituição de ensino poderá fazer do conteúdo curricular. Uma instituição com direcionamento religioso, por exemplo, poderá optar, por uma inserção de conteúdos mais humanos, éticos e cidadãos. Outra, voltada para valores de mercado, poderá selecionar disciplinas mais condizentes com a lógica que advoga.

Essa flexibilidade permite a cada instituição identificar e ministrar conteúdos não explicitados nas Diretrizes como pertinentes a uma determinada disciplina. Assim, os valores que orientam cada instituição também influenciarão nas habilidades e competências do profissional que está sendo formado.

Em síntese, as Diretrizes dos dois cursos estão orientadas para a capacitação técnica de Administradores e Contabilistas na tomada de decisão e na implementação de ações nas organizações reforçando valores de mercado. A ética, quando contemplada, não se apresenta como eixo norteador para os três grupos analisados (perfil, competência e habilidades e conteúdos curriculares) o que permite indicar um certo grau de incoerência ou a busca por uma legitimação social, muito embora ocorre uma nítida preocupação com o exercício profissional ou o “campo organizacional” (mundo dos negócios). A formação, assim, aparece sob a ótica de uma possível separação entre o mundo do trabalho e o mundo da vida.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais**. Disponível em <http://www.mec.gov.br/Sesu/diretriz.shtm>. Regatado em 28, abr. 2003.

DE MASI, D; FREI BETTO. **Diálogos Criativos**. São Paulo:DeLeitura, 2002

MORIN, Edgar. **Complexidade e transdisciplinaridade – a reforma da universidade e do ensino fundamental**. Rio Grande do Norte: EDUFRN, 1999.

RODRIGUES, Zuleide R. **A ética no Curso de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Natal: VIII Seminário de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, anais, 2002.

SERVA, Mauricio. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: FGV, abr/jun, 1997.

SOUZA, W. J. de. **Máquinas e Sujeitos**: experiências de operário têxteis frente à modernização tecnológica. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, tese, 1999.

TAVARES, Andrezza Maria B. **Neoliberalismo e Educação**. Natal: VIII Seminário de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, anais, 2002.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social – Uma abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

VASCONCELOS, Maria J. E. de. **Pensamento Sistêmico**: o novo paradigma da ciência. Campinas: Papirus, 2002

XAVIER, André M; SOUZA, W. J. de. **A responsabilidade social sob o enfoque da norma sa 8000**: intervenção cidadã ou ferramenta do marketing empresarial? Rio de Janeiro: IX Congresso COPPEAD de Administração. 2002.

XAVIER, André M; SOUZA, W. J. de. **Responsabilidade social empresarial como elemento de diferenciação e agregação de valor em uma cadeia produtiva**. Natal: VIII Seminário de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2002.